

**De: Antônio Paulo S. Santos**

Representante Legal da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ

**Para: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)**

=====

*Exposição de motivos pelos quais a FENAJ tem interesse em participar do processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil, para integrarem o CGI.br, para o triênio de junho de 2020-junho de 2023.*

## **I – Defesa dos jornalistas e do jornalismo no Brasil**

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) está efetivamente incorporada às lutas em defesa dos jornalistas e do jornalismo no Brasil. Criada 20 de setembro de 1946, a FENAJ sempre se destacou na longa e árdua jornada pela adoção de regras que organizassem a profissão e garantissem para a sociedade acesso público à informação ética e plural.

Com mais de 40 mil jornalistas associados aos seus 27 sindicatos estaduais e quatro municipais, a Federação tem dado demonstrações históricas de preocupação com a liberdade na comunicação e com a democracia como valor inalienável do cidadão sem abrir mão de sua missão principal de lutar por melhores condições de vida e trabalho para os jornalistas profissionais.

Mas, a FENAJ não está voltada somente ao movimento sindical dos jornalistas brasileiros. Ao longo de sua trajetória, a Federação tem atuado nos diferentes campos da comunicação e a internet tem estado cada vez mais na pauta e ações da entidade.

## **II – Atuação na democratização da comunicação e internet**

Da experiência e participação na Constituinte resultou, em 1991, o Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC), articulação de mais de 80 entidades nacionais e regionais da sociedade civil coordenada pela FENAJ que tem como objetivo constituir políticas públicas e ações práticas para a área das comunicações, bem como reconstituir nacionalmente uma cultura brasileira alicerçada na diversidade de identidades e produções regionais. Hoje, o FNDC conta com 69 entidades e 418 entidades regionais espalhadas por todo o país.

Com assento na Coordenação Executiva do Fórum, a FENAJ participou da Reunião do Conselho Deliberativo (16 e 17 de fevereiro de 2019), em São Paulo/SP, quando foram elencadas as Agendas prioritárias do FNDC, dentre elas: **manter a defesa do caráter multissetorial do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) e estimular que entidades do FNDC, como a FENAJ, participem do colégio eleitoral do CGI.br, como forma de fortalecer ainda mais sua legitimidade.**

Na sistematização de agendas por eixo temático (telecomunicações e internet) o fórum propôs uma articulação para organizar um debate sobre PLC 79, que tramita no Senado, no âmbito da Campanha Banda Larga é um Direito Seu; Articular, junto

à Coalizão Direitos na Rede, a realização de uma audiência conjunta com o ministro do MCTIC para tratar dos problemas envolvendo a questão do satélite geostacionário de defesa e comunicações estratégicas.

Em relação ao tema da proteção de dados pessoais, acompanhar o debate em torno da MP 869 (que cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados), estimular o debate sobre a LPDP nos comitês e realizar uma ação de formação sobre a lei para entidades e comitês do FNDC; combater os ataques ao Marco Civil da Internet (MCI), incidindo diretamente sobre os PLs em andamento sobre o assunto; combater a instalação da CPI das redes sociais; Realizar ação de formação sobre o MCI em articulação com o tema da liberdade de expressão, reforçando o entendimento sobre o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; estimular que entidades do FNDC também participem e ajudem a construir a Coalizão Direitos na Rede; ajudar as entidades do FNDC a realizarem ações de formação e oficinas sobre segurança na internet e vigilância digital.

A FENAJ também é membro titular do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional, criado em 1988, na Constituição Federal e instalado em 2002. Ao longo desses 18 anos, o CCS vem sediando grande parte dos debates públicos sobre a área das comunicações no Brasil. Foi no CCS, ainda em 2002, que a discussão sobre a introdução da digitalização da comunicação social eletrônica abandonou o viés tecnicista para encarar a complexidade do impacto socioeconômico do advento das novas tecnologias.

Em setembro de 2018, o Conselho de Comunicação Social aprovou mudanças no regimento interno em vigor desde 2013, alterando a área de atuação do CCS. Os conselheiros podem, agora, além de discutir temas previstos na legislação sobre TV a cabo, podem também promover debates e emitir pareceres sobre o Marco Civil da internet (Lei 12.965/2014).

Membro efetivo da Rede do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) desde a sua criação em 2002, a FENAJ tem participado das discussões e campanhas sobre o papel da desinformação nas eleições e na democracia. No ano passado, o MCCE promoveu, em parceria com Agência Lupa, IT&E (Instituto de Tecnologia e Equidade), seminários em diversos estados, com a participação dos Sindicatos dos Jornalistas, sobre “Democracia Digital – Eleições 2020”.

O objetivo da realização do Democracia Digital é construir uma articulação e mobilização entre Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), OABs (Ordem dos Advogados do Brasil), organizações da sociedade civil, meios de comunicação independentes e cidadãos engajados com o tema, para conscientizar, educar e combater os processos de desinformação em massa nas eleições municipais de 2020.

A FENAJ também é membro da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). A violação aos direitos humanos na internet, liberdade de expressão, marco civil, direito

de rede e de acesso, “fake news”, crimes cibernéticos são temas recorrentes discutidos e analisados na Comissão.

### **III – Participação no CGI**

Diante dos fatos relatados e participação da FENAJ em diversas frentes, setores e comissões ligadas ao tema internet, é que manifestamos o interesse em fazer parte do Colégio Eleitoral do CGI.br - órgão responsável por desenhar todas as diretrizes para políticas públicas de Internet no Brasil (acesso, privacidade, liberdade de expressão online...) sem um dos poucos espaços de representação institucional nacional que possui eleições diretas.

Representantes dos diferentes setores que integram o Comitê (empresas, academia e terceiro setor, além do governo, feito por nomeação direta) são eleitos por um colégio eleitoral, formado por entidades de seus respectivos campos. São 4 vagas para a sociedade civil e o mandato é de três anos.

No último período, o CGI, como o restante dos espaços de participação social, passa por uma situação bastante delicada, com o governo reduzindo as oportunidades de escuta da sociedade civil e tomando decisões isoladamente dentro do órgão. Daí a importância de garantirmos, para o próximo mandato, a eleição de representantes combativos por parte da sociedade civil. E a FENAJ quer fazer parte desse processo pelo seu histórico de lutas e engajamento na vida brasileira.

Brasília, 7 de fevereiro de 2020



**ANTÔNIO PAULO DA SILVA SANTOS**  
Representante Legal da FENAJ